

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A crise pandémica da covid-19 trouxe consigo uma crise socioeconómica. Estas crises colocam grandes desafios a toda a Escola Pública e, em particular, às escolas e agrupamentos de escolas cujas comunidades educativas já eram compostas uma população em situação social e economicamente desfavorecida.

De acordo com informações têm chegado ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, as alunas e os alunos, de uma maneira geral, têm-se empenhado no respeito pelas duras regras do momento em que vivemos. Um ano na vida de crianças e adolescentes em desenvolvimento é muito tempo. E é um fardo grande que carregam para a proteção de toda a sociedade. As regras de distanciamento físico e outras regras sanitárias entram frequentemente em choque com as necessidades físicas e sócio-afetivas dos alunos. Razão pela qual é muito importante que a consciencialização, muito mais do que as vias disciplinares mais duras, seja preferida sempre que haja desvio às regras.

No início desta semana, foi amplamente divulgada na comunicação social a notícia da suspensão de um aluno de 12 anos do Agrupamento de Escolas Escultor Francisco dos Santos por estar a partilhar o lanche com os colegas. O aluno esteve suspenso por um dia, na passada terça-feira, 13 de outubro. De acordo com documentos divulgados pela comunicação social, a diretora deste agrupamento de escolas de Rio de Mouro, Cristina Frazão, afirma que a decisão visa “incutir atitudes de respeito para com os outros e responsabilidade pelas atitudes tomadas” e, em resposta ao pai do aluno, acrescenta um argumento de autoridade em termos que, a confirmar-se, não se consideram adequados: “Não gostam do meu trabalho? De 4 em 4 anos há eleições para diretor”.

As regras sanitárias implicam que alunos não convivam com colegas de outras turmas e que não partilhem as suas refeições. No entanto, é chocante para a sociedade que seja punida com suspensão a partilha de uma refeição num contexto socioeconómico onde tal é comum por razões de necessidade. O choque aumenta quando, nestes momentos, alegadamente se revelam os problemas há muito apontados da concentração de poderes na figura de um diretor

ou diretora. A centralização excessiva do poder pode conduzir a posturas menos adequadas do ponto de vista da convivência democrática que também se espera nas comunidades educativas.

É importante que o Ministério da Educação esclareça esta situação e que contribua para um padrão de soluções equilibradas nos conflitos existentes entre as regras sanitárias e as práticas sociais a que os alunos estavam habituados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Educação, as seguintes perguntas:

1. O Ministério da Educação tem conhecimento desta situação?
2. O Ministério da Educação está a acompanhar a adaptação das Escolas e Agrupamentos de Escolas a esta nova realidade e ao novo quadro de regras sanitárias?
3. O Ministério da Educação tem recebido queixas de regras desarraigadas e contrárias ao bom senso e ao conforto dos alunos como a que ocorreu no Agrupamento de Escolas Escultor Francisco dos Santos?
4. O Ministério da Educação tem conhecimento da aplicação de medidas disciplinares excessivas no contexto da pandemia da covid-19?
5. De que modo o Ministério da Educação poderá intervir junto do Agrupamento de Escolas Escultor Francisco dos Santos para que resolver possíveis problemas de carência alimentar entre os alunos?

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2020

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)